

A exposição de crianças em Mariana: o papel da Câmara Municipal (1748-1822)¹

Nicole de Oliveira Alves Damasceno

Resumo: Este artigo discute a exposição de crianças em Mariana, Minas Gerais, entre 1748 e 1822. Através da consulta dos Livros de Receita e Despesa da Câmara referentes a esse período, localizados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, busca-se avaliar como e em que medida o Conselho Municipal investiu recursos na criação de crianças abandonadas.

Palavras-Chave: Mariana. Exposto. Câmara municipal

Children-exposure in Mariana: the role of the Municipal Council (1748-1822)

Abstract: *This paper discusses the exposure of children in Mariana, Minas Gerais, since 1748 to 1822. Throughout the consultation of the Livros de Receita e Despesa da Câmara concerning this period, located on the Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, one seeks to evaluate how and*

247

¹ Este artigo é parte da monografia de final de curso intitulada **A criação de expostos em Mariana (1748-1822)** e apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

in wich extent the Municipal Council invested its incomes in the raising of abandoned children.

Keywords: Mariana. Foundling. Municipal council.

João foi batizado no dia 23 de maio de 1796 na cidade de Mariana sob a condição de exposto. Do seu registro de batismo² constava que ele havia sido encontrado pelo capitão-mor João Antônio dos Santos e que seus padrinhos eram Josefa Maria e o capitão Agostinho Pereira Braga. Em 1801, quando foi feito o inventário de João Antônio, seu testamento reconhecia que “por fraqueza humana, sendo ainda solteiro, tive dois filhos chamados João e Maria de uma [moça] solteira por nome Josefa Maria”.³

Clara foi exposta na Casa da Câmara de Mariana no dia 20 de maio de 1753. Três dias depois, foi registrada no Livro de Matrícula de Expostos da Câmara, ficando estabelecido que Luiza Rodrigues de Couto, preta forra, ficaria responsável por sua criação recebendo do Senado em troca 3 oitavas de ouro por mês.⁴ No dia 30 de maio do mesmo ano, Clara foi batizada e teve como padrinhos Manoel da Costa Coelho e a mesma Luiza Rodrigues do Couto⁵.

² Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Registros de Batismo, Prateleira “O” número 7.

³ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). Inventário, 65 / 1405, 1º ofício.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **As Câmaras, a exposição de crianças e a discriminação racial.** In: _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 75.

⁵ AEAM. Registros de Batismo, Prateleira “O” número 10.

Ainda em 1753, Luiza recebeu o equivalente a 10\$687 por três meses de criação, mas no dia 22 de agosto do mesmo ano a enjeitada veio a falecer, cessando os pagamentos da Câmara.⁶

Os exemplos citados acima retratam práticas que foram comuns no Ocidente desde a Antiguidade. O primeiro refere um caso de falso abandono de uma criança ilegítima. João, que foi registrado como exposto em seu batismo, teve como madrinha sua mãe, Josefa Maria; o pai, o capitão-mor João Antônio dos Santos, por sua vez, foi registrado como a pessoa que o havia encontrado. Casos de falsos expostos parecem não ter sido incomuns, assim como casos em que as crianças eram realmente abandonadas, fosse por ilegitimidade ou por impossibilidade dos pais de criarem seus filhos. Esse é o caso de Clara, da qual não se conhece a filiação e que teve o mesmo destino da maioria das crianças da época, o falecimento precoce. Assim como o abandono, o acolhimento dessas crianças também era prática cotidiana. Muitas famílias, cada uma por seus motivos, optaram por ajudar na criação de expostos.

O presente artigo procura discutir a prática do abandono de crianças em Mariana entre 1748 e 1822. A cidade de Mariana foi escolhida como recorte espacial para a pesquisa por ter apresentado importante dinâmica econômica

⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Registro de Receita e Despesa, código 176.

e por ter sido um decisivo centro administrativo, responsável pelo subsidio da criação dos expostos. Mariana participou do fluxo migratório no início do século XVIII devido à descoberta do ouro e, apesar de sofrer em seus primeiros anos a predominância da atividade mineratória, desenvolveu também outros tipos de unidades produtivas ligadas à agricultura e à pecuária.⁷ Além disso, foi sede de Bispado a partir de 1748.

Este ano marcou a chegada de dom Frei Manoel da Cruz, o primeiro bispo de Mariana, o que implicou, conseqüentemente, uma tentativa por parte da Igreja de exercer maior controle sobre o comportamento da população e de ampliar a assistência aos mais necessitados, como viúvas e órfãos.

1822, por seu turno, remete à proclamação da Independência do Brasil. Apesar das leis referentes aos expostos terem permanecido semelhantes às das *Ordenações Filipinas*, ocorreram desde então mudanças políticas na Câmara de Mariana, principalmente após a lei de 1º de outubro de 1828. Essa lei foi responsável pelo esvaziamento do poder político camarário, que conservou apenas algumas funções administrativas.⁸

⁷ Para saber mais ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações das unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 - 1850**. Niterói: UFF, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

⁸ Para saber mais ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A reforma do império e a câmara da leal cidade de Mariana**. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.).

FONTES E METODOLOGIA

Como foi dito, o objetivo deste artigo é analisar o papel da Câmara Municipal de Mariana na assistência aos expostos no período 1748-1822. Para isso, utilizamos fundamentalmente 18 códices dos Registros de Receita e Despesa da Câmara. Através deles temos a informação dos arrecadamentos e gastos da Câmara divididos por ano. Para a nossa pesquisa o importante são as informações referentes aos gastos com a criação dos expostos. Os Registros trazem o nome da pessoa que está recebendo pela criação, a quantia recebida e o nome do exposto.

Para trabalhar com a fonte utilizamos a análise quantitativa. A história serial quantitativa, que a princípio era utilizada apenas na história econômica, tem como objetivo a “reconstrução de uma série (...) da maior confiabilidade, continuidade e homogeneidade possíveis”⁹, ou seja, para se fazer uma história serial é necessário uma abundância de fontes que apresentem continuidade e que sejam da mesma natureza. Os Registros de Receita e Despesa utilizados na pesquisa em questão possuem esses requisitos e permitem que sejam efetuadas algumas quantificações. Através deles formulamos gráficos que demonstram qual porcentagem a

251

Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da câmara municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p. 152 - 167.

⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História.** Tradução de João Maia. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p.281.

Câmara de Mariana gastava por mês com o pagamento pela criação dos expostos, assim como qual era o número de crianças e de criadores que estavam recebendo o auxílio desta instituição. Optamos por fazer essa análise através de amostragem. Para isso descartamos os dados de 1748, por não apresentarem nenhum registro com o gasto de expostos, assim como os de 1820, que, não trazendo nenhuma especificação, impede a identificação dos gastos da Câmara. A amostragem abrange, portanto, os anos de 1749 a 1819. Os anos de 1821 e 1822, serão abordados no gráfico já feito por Cíntia Ferreira de Araújo em sua dissertação¹⁰, que abrange o período entre 1800 e 1850.

TERMO DE MARIANA

De acordo com a versão histórica oficialmente aceita, foi no dia 16 de julho de 1696 que os bandeirantes paulistas Miguel Garcia e o Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram um rio riquíssimo em ouro, que batizaram de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Ali, o capelão da Bandeira, o Padre Francisco Gonçalves Lopes, consagrou a capela que foi construída em homenagem à Virgem.¹¹ A

¹⁰ ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Franca: UNESP, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.

¹¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. **O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações**. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 27-66.

notícia do descobrimento logo se espalhou, atraindo para a região diversas pessoas interessadas na extração do ouro. Porém, ainda no princípio da ocupação, a região foi abandonada duas vezes – em 1697-1698 e 1701-1702 – pois ainda não havia um abastecimento capaz de prover alimentação para seus povoadores.

Em 1703, o descobridor Antônio Pereira comprou as datas minerais de dois homens, Francisco Fernandes e Manuel da Cunha, que haviam ficado na região depois do segundo período de fome que havia assolado a região. Um de seus objetivos era encontrar ouro onde seus antecessores ainda não haviam achado, estabelecendo-se assim em outra região, denominada Arraial de Baixo em contraposição ao Arraial de Cima ou Mata Cavalos, local ocupado pelos primeiros desbravadores.¹²

Mesmo ocasionando o despovoamento no início da ocupação, essa crise gerada em decorrência da fome promoveu o desbravamento do território, possibilitando novos povoados e permitindo o desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas na região.¹³ Portanto, depois de 1703, o Arraial de Nossa Senhora do Carmo voltou a ser repovoado e já em 1711 contava com uma população numerosa, o que permitiu que fosse elevado a condição de vila, assim como ocorreu com Vila Rica e Sabará.

¹² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 30.

¹³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p.44-45, *passim*.

A criação dessas vilas por Dom Antônio de Albuquerque foi decorrência da Guerra dos Emboabas (1707 – 1709) e do conseqüente intuito de estabelecer um maior controle na região mineradora. Ao se tornar uma vila, a região deveria estabelecer o seu termo e seu rossião, ou seja, a área que abrangeria o município e o terreno público a ser administrado pela Câmara, além de criar uma casa de Câmara e Cadeia, construir um pelourinho e conservar a igreja matriz.¹⁴

Na Vila de Nossa Senhora do Carmo, a primeira Câmara foi sediada na casa de um dos mais antigos moradores, Pedro Frazão, que possuía residência na Rua Direita do atual Rosário Velho.¹⁵ O atual prédio onde está estabelecida a Câmara Municipal de Mariana só foi construído na segunda metade do século XVIII. Apenas em 1748 foi decidido que este prédio seria construído no local ocupado pelos antigos quartéis dos Dragões; em 1762 José Pereira dos Santos fez o risco do projeto e em 1782 José Pereira Arouca arrematou toda a obra.¹⁶ Somente em 1798 a Câmara

¹⁴ PIRES, Maria do Carmo. **Câmara municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções.** In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). *Casas de vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana.* Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p.45.

¹⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 33-34.

¹⁶ Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, não se pode afirmar que José Pereira Arouca foi responsável pela construção completa da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, já que o mesmo faleceu em 1795 e sabe-se que em 1802 a obra ainda não estava totalmente pronta.

se instalou neste prédio.¹⁷ Para a matriz da Vila Nossa Senhora do Carmo, foi escolhida a Capela da Conceição, que entre os anos de 1712 e 1718 foi ampliada.¹⁸

Em 1720 foi construída pela Irmandade da Misericórdia a Capela de Santana, e em 1736 a Casa de Misericórdia, cujo hospital existiu até meados do século XVIII. Através da petição dirigida ao rei, que justifica o seu estabelecimento, percebemos os seus objetivos:

(...) recomendável, indispensável a essa populosa cidade, falta de estabelecimentos públicos e de caridade para empregar os socorros à classe indigente e miserável, de que abunda; e que diariamente se aumenta com a notícia da generosa liberalidade do virtuoso prelado, que nem pode socorrer suficientemente a todas as necessidades (...)¹⁹

255

Porém, não sabemos se a Santa Casa de Misericórdia ofereceu alguma assistência aos expostos na Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Em 1721 houve a criação da Capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica, e em 1745 a Vila de Nossa Senhora do Carmo foi escolhida para ser sede do Bispado.

¹⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno. **A casa de câmara e cadeia de Mariana: algumas considerações.** In: *Termo de Mariana: história e documentação.* Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 182-183.

¹⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 35.

¹⁹ VASCONCELOS, Salomão de. **Mariana e seus templos.** Belo Horizonte: 1938. *Apud*, FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op.cit.*, p. 38-39.

No mesmo ano, a sobredita Vila do Carmo foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Mariana, em homenagem a Dona Maria Anna D'Áustria, esposa de Dom João V.

Em 1750 foi criado a Seminário da Nossa Senhora da Boa Morte, reforçando o caráter de centro religioso de Mariana e conferindo a esta um importante papel de centro educacional. Como afirma Carla Almeida, “nesta primeira década do século XVIII a Vila do Ribeirão do Carmo prosperou e constituiu-se em um importante centro religioso, educacional e administrativo.”²⁰

Ainda no século XVIII, Mariana apresentou uma diversidade econômica. Apesar de a exploração aurífera ter sido uma atividade importante neste século, ela não foi a única a ser estabelecida na cidade. Carla Almeida destaca a importância de outras unidades produtivas que foram concomitantes à atividade mineratória desde o princípio da ocupação da região. Segundo a autora,

O que se percebe é que Mariana nesse período é um município com amplas possibilidades de expansão por ter uma enorme fronteira aberta; e que, a partir sobretudo da década de 1780, presenciaria um grande e rápido alargamento do seu território.²¹

²⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 47.

²¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 206.

Esse alargamento do território se deu principalmente com o declínio da atividade mineratória na medida em que os habitantes procuravam outras regiões onde seria possível a extração do ouro. Todavia, as novas áreas que foram sendo povoadas, assim como as áreas em que a população já havia se estabelecido, presenciaram não apenas o desenvolvimento da mineração como atividade econômica, mas também da agricultura e da pecuária. Ou seja, a extração aurífera não excluiu a possibilidade de desenvolvimento de outras unidades produtivas, ao contrário, exigiu o desenvolvimento das mesmas, ocasionando uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária. Como afirma Francisco Eduardo de Andrade,

É surpreendente, mas, na segunda metade do Dezoito, vamos encontrar, na região de Mariana, uma economia tão diversificada que as unidades produtivas especializadas nas atividades mineratórias vão ser largamente suplantadas pelos estabelecimentos agrícolas e de agropecuária. As unidades ditas de mineração não chegam a 10% das unidades produtivas de Mariana, enquanto que as unidades agropecuárias, agrícolas e pecuárias ficam em mais de 40% do total. Notável, ainda, o fato da grande maioria das unidades produtivas

regionais (e daquelas com mineração) contar com atividades agrícolas.²²

258

No século XIX a estrutura econômica de Mariana não apresenta grandes modificações. Mesmo com o declínio da mineração, que começou a ocorrer em meados do século XVIII, essa atividade não desapareceu completamente no século seguinte. Já a agricultura e a pecuária se intensificaram. O que percebemos é que “as mudanças ocorridas se deveram mais aos ajustes necessários para a adaptação da economia às circunstâncias cambiantes do que propriamente, a uma mudança estrutural no sistema econômico existente.”²³

ABANDONO E ACOLHIMENTO

O abandono de crianças não é uma prática atual nem restrita ao Brasil. No Ocidente esse fenômeno faz parte do cotidiano desde a Antiguidade, adquirindo proporções ainda maiores durante os séculos XVIII e XIX.²⁴ Assim como a prática do abandono, o acolhimento de crianças alheias

²² ANDRADE, Francisco Eduardo de Andrade. **Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX.** In: *Terço de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 121.

²³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 207.

²⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 23.

também foi comum. Muitas pessoas aceitaram no seu ambiente familiar filhos de vizinhos, parentes, amigos, fosse para compensar a falta de condição financeira dos pais, ou para que as crianças se tornassem aprendizes em algum ofício. Dentre essas estavam também as crianças que tinham sido abandonadas por seus pais.

Podemos destacar vários motivos que levaram os pais a exporem seus filhos: pobreza, doença ou morte do pai ou da mãe, doença da criança, dificuldade de se criar gêmeos, ilegitimidade, pais querendo se aproveitar da assistência garantida por lei aos enjeitados. Porém, a historiografia sobre o tema não sabe informar qual foi a principal motivação dos pais que abandonaram seus filhos. De acordo com Renato Pinto Venâncio²⁵, o que se pode afirmar é que o abandono não significava um ato de desamor por parte da mãe. O autor retrata casos de expostos que foram encontrados com bilhetes que traziam informações sobre a apreensão da mãe com a criança, principalmente com a sua vida espiritual. Estes bilhetes geralmente retratavam se a criança tinha sido ou não batizada e qual era seu nome. O exposto que ainda não havia recebido o sacramento do batismo deveria recebê-lo sob a responsabilidade da Câmara ou da pessoa que se dispunha a criá-lo.²⁶

²⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 17-37, passim.

²⁶ O ritual do batismo, que se tornou obrigatório após o Concílio de Trento (1545 – 1563), era regulamentado na América Portuguesa através das

Vários também são os motivos que levariam uma pessoa a acolher um exposto. Os estudos indicam que isso poderia ocorrer devido ao dinheiro pago pelas instituições responsáveis pela assistência aos enjeitados, ao pagamento de promessas, para que estas crianças servissem de mão-de-obra e até mesmo devido a benefícios que a legislação garantia a estas famílias acolhedoras.²⁷

No entanto, independentemente das motivações que levaram uma família a optar pela criação de um filho alheio, não podemos desconsiderar que a relação entre os acolhedores e os expostos poderia transcender os interesses financeiros e se tornar uma relação de afeições. Alessandra Moreno demonstra isso ao relatar o caso de José Joaquim, exposto na casa de Dona Manoela Angélica de Castro no ano de 1765, na cidade de São Paulo. Dona Manoela, em testamento, nomeou-o como “filho adotivo”, além de tê-lo intitulado seu herdeiro universal dos bens no caso de seu

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Ela definia que a criança deveria ser batizada na paróquia aonde nascia e que o registro do batismo deveria constar o nome dos pais e dos padrinhos. No caso de expostos, deveriam informar quem havia encontrado a criança. Cf.: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. tit. XII , § 41, tit. XV § 60.

²⁷ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **O destino dos expostos: trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800 a 1830**. Mariana: UFOP, 2002. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2002. p.37.

esposo, o capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso, falecer antes que ela.²⁸

Moreno também retrata outros casos nos quais crianças abandonadas perdiam a condição de expostos, mudando as suas nomeações nas Listas de Habitantes. Segundo a autora, essas mudanças podem ser justificadas por dois motivos. O primeiro seriam os diferentes critérios adotados por cada recenseador; o segundo, a mudança das relações das crianças com os acolhedores, fazendo com que a cada censo assumissem um papel diferente.²⁹

ORDENAÇÕES E LEIS SOBRE O ABANDONO

261

A preocupação com as crianças abandonadas refletiu-se na legislação. Grande parte dos países europeus possuía leis que estabeleciam os procedimentos a serem adotados quando uma criança era abandonada. Dentre esses países podemos destacar Portugal, que teve nas *Ordenações Manuelinas* a sua primeira ordenação destinada a enjeitados. As *Ordenações* procuravam estabelecer quem seria o

²⁸ MORENO, Alessandra Zorzeto. **Vivendo em lares alheios: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822)**. Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007. p.13.

²⁹ Cf. também: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Recuperando sociabilidades no passado**. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh – MG, 2001. p.27 – 43.

responsável pelos gastos da criação das crianças. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá,

Embora se mantivesse o princípio de que o pai, casado ou solteiro, devia custear a criação do filho, (...) se o pai não podia pagar, pagava a mãe; no caso de nenhum deles o poder sustentar, os parentes da criança deveriam fazê-lo. No caso de não ser possível qualquer uma destas três hipóteses, a comunidade mandava a criança para os hospitais ou *albergarias* que se encarregavam da assistência aos pobres, que pagariam o sustento das crianças através dos seus fundos. Finalmente, na inexistência desses hospitais, as crianças deveriam ser criadas através de fundos dos concelhos; se estes os não tivessem, um imposto especial – a finta dos expostos – podia ser cobrado aos habitantes³⁰. [grifo da autora]

Ao analisarmos as *Ordenações Filipinas* percebemos que, em relação aos expostos, não houve muitas modificações frente ao estabelecido pelas *Manuelinas*. Segundo a nova legislação, quando não houvesse na localidade “(...) Hospitais e Albergarias, se criarão [os expostos] à custa das rendas do Concelho”.³¹ As *Ordenações*

³⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. *Op.cit.*, p. 89.

³¹ *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal*: recopiladas por mandato d'el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similar da 14. ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de

Filipinas também recomendavam o bom tratamento aos enjeitados, exigiam que todas as crianças fossem socorridas independentemente de sua cor, e que todas fossem livres.

Desde o século XII até o XIX, houve a criação de hospitais de expostos em diversos países da Europa e nas suas respectivas colônias. Em Portugal podemos citar a criação, em 1321, de um hospital em Santarém, e, em 1706, em Viana do Castelo. Já no Brasil, o primeiro hospital criado foi em 1708, na Bahia, e depois no Rio de Janeiro em 1738.³² Como afirmam as *Ordenações Filipinas*, nos locais onde não havia hospitais, a assistência aos expostos era responsabilidade dos concelhos, que deveriam custear a criação dos enjeitados encontrando pessoas capacitadas a fazê-lo. A assistência prevista por lei aos expostos deveria ocorrer até o mesmo completar sete anos; depois eles se tornavam responsabilidade do juiz de órfãos, que deveriam integrá-los na comunidade. Em Mariana, no entanto, não podemos afirmar que o Juizado de Órfãos assumiu essa função, pois não encontramos nenhum caso em que a criança, depois dos sete anos, ficasse sob sua responsabilidade.

Outra preocupação que se tinha com as crianças era o batismo. O índice de mortalidade infantil era muito alto e o

Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v.38 – A – (Edições do Senado Federal), Livro 1, tit.LXXXVIII, 67 § 9. p.211.

³² SÁ, Isabel dos Guimarães. *Op.cit.*, p. 67-71.

receio de que uma criança viesse a falecer sem sacramento preocupava as sociedades católicas. Como foi dito anteriormente, há registros de mães que deixaram bilhetes

pais por algum motivo não podiam contrair matrimônio; a legislação nesse caso se tornava mais complexa, tornando bem mais difícil para as crianças conseguirem haver alguma herança dos pais.

As crianças órfãs eram aquelas que não possuíam pai ou mãe, sua herança devendo ser zelada por um tutor até que os mesmos completassem a maioridade aos vinte e cinco anos. Os expostos eram aqueles de filiação desconhecida, e a legislação voltada para eles demonstrava maior preocupação com sua criação do que com a preservação de heranças – ao contrário, portanto, dos outros grupos de crianças analisados acima.

265

O ABANDONO EM MARIANA

O abandono de crianças em Minas Gerais também fez parte do cotidiano da sociedade mineira. Na Cidade de Mariana, a assistência aos expostos era responsabilidade da Câmara Municipal. A seguir discutiremos como funcionou esta assistência no caso específico de Mariana.

Nas Minas Gerais do período colonial, o poder municipal era exercido pelo Senado da Câmara, composto por juizes, vereadores e um procurador. Os camaristas eram eleitos pelos “homens bons” da localidade e dentre suas funções estavam as administrativas, políticas, jurídicas e fiscais. Eles deveriam cuidar

da aplicação e do cumprimento das leis gerais e das posturas municipais, do abastecimento de gêneros alimentícios, da higiene e saúde local, das obras e construções de necessidade e uso da população, da assistência social, da fiscalização e taxação de serviços e mercadorias, da ordem e da segurança da população local.³⁵

A Câmara Municipal de Mariana, fundada em 1711, era presidida por um juiz de fora – cargo estabelecido no dia 24 de março de 1730 – três vereadores e um procurador. Também possuía como funcionários um escrivão e um tesoureiro. Este último, também eleito, poderia ainda ser um dos vereadores ou o procurador.³⁶ As câmaras municipais na época colonial possuíam grande autonomia administrativa, porém, durante as últimas décadas do século XVIII e no início do XIX, as câmaras começam a perder o seu poder político. Segundo Francisco Eduardo de Andrade,

O constitucionalismo e o sistema representativo, com o estabelecimento do poder provincial, estarão na base da construção da nova ordem estatal após a Independência, em 1822, e vão retirar das câmaras a autonomia e a legitimidade da

³⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Poder local e herança colonial em Mariana: faces da revolta do ano da fumaça.** In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1998. p. 127.

³⁶ PIRES, Maria do Carmo. *Op.cit.*, p. 47.

representação e da expressão dos interesses locais.³⁷

Com isso, após a Independência de 1822, a Câmara tendeu a tornar-se um órgão essencialmente legislativo.

A Câmara Municipal deveria ser informada quando uma criança abandonada era encontrada, registrando-a no Livro de Matrícula de Expostos, onde deveria constar também o nome da pessoa que desejasse criar esta criança mediante um pagamento³⁸. Laura de Mello e Souza, através da análise do Livro de Matrícula de Expostos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), constatou que até 1759 o valor pago por mês para criar um exposto era de três oitavas. Após 1760, esse valor caiu para duas oitavas. A autora também retratou que, normalmente, a Câmara pagava essas mesadas até as crianças completarem sete anos; porém, nas décadas de 1750 e 1760, era comum os pagamentos cessarem quando os expostos completavam três anos.³⁹

De acordo com a autora, o decréscimo nos pagamentos e a restrição do período de assistência nas décadas de 50 e 60 acusam maior dificuldade econômica, que pode ser

267

³⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op.cit.*, p. 128.

³⁸ Havia na cidade de Mariana a Santa Casa, porém ainda não há nenhum trabalho que discorra sobre a sua relação com os expostos. No entanto, não podemos afirmar que a Câmara Municipal de Mariana tinha exclusividade no trato dessas crianças.

³⁹ SOUZA, Laura de Mello e. **Mecanismos da exposição de crianças em Mariana, 1750 – 1795**. In: _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 47 - 62.

justificada pela instabilidade causada pela crise mineratória. O decréscimo aurífero, apesar de não ter inviabilizado a vida na Capitania de Minas, teve um papel desestruturador e incentivou a expansão de outras atividades econômicas que vinham se desenvolvendo desde o início do XVIII. A autora também aponta esse como um dos motivos para o aumento da exposição de crianças no final do século XVIII, além de considerar o crescimento populacional da Capitania a partir de 1770 e uma maior expectativa da população acerca da participação das Câmaras Municipais na assistência dos expostos.

No entanto, nem sempre a Câmara Municipal de Mariana cumpria com suas responsabilidades. Podemos citar inúmeros registros de petições encontradas no AHCMM, nas quais diversos criadores reclamam à Câmara o pagamento pela criação das crianças. Chama à atenção a recusa da Câmara em custear três crianças, em 1753, por serem mulatas, apesar de a lei exigir que qualquer criança fosse assistida independentemente de sua cor. Esses três casos são retratados por Laura de Mello e Souza⁴⁰, que analisou os Livros de Matrícula de Expostos no AHCMM. O nome das pessoas citadas pela autora consta também de outra documentação do AHCMM, o Livro de Receitas e Despesas.⁴¹ Em dois casos os criadores chegaram a receber 10\$687 por

⁴⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Op.cit.*

⁴¹ AHCMM. Receitas e Despesas, código 176.

três meses de criação, mas, após descobrirem que a criança era mulata, tiveram de devolver o dinheiro à Câmara. Ambas as crianças morreram antes de completarem um ano de vida. O outro caso citado por Souza envolve a exposta Maria e o seu criador José do Couto Cruz. O que o diferencia dos outros dois é que, apesar da Câmara ter dito que se recusava a pagar a criação da exposta em 1753, José do Couto Cruz, cinco anos depois, recebeu 122\$600 por três anos de criação. Isso também prova que, pelo menos até 1758, Maria não tinha sofrido o mesmo fim trágico que as outras duas crianças citadas acima.

Ao considerarmos a recusa da Câmara em pagar a criação de expostos mulatos em 1753, podemos supor que, ao prestar assistência a crianças abandonadas, a Câmara estava consequentemente criando um meio legal para que mulheres brancas com filhos ilegítimos pudessem recorrer a esta instituição em vez de serem simplesmente recriminadas pela sociedade e pela Igreja. Seria incorreto afirmar que todas as famílias brancas possuíam recursos suficientes para criarem seus filhos e que a exposição entre essas famílias seria motivada apenas pela ilegitimidade. Contudo, ao analisarmos o perfil dos enjeitados, vemos que o número de crianças brancas é superior ao das demais, atingindo 66% no ano de 1819.⁴²

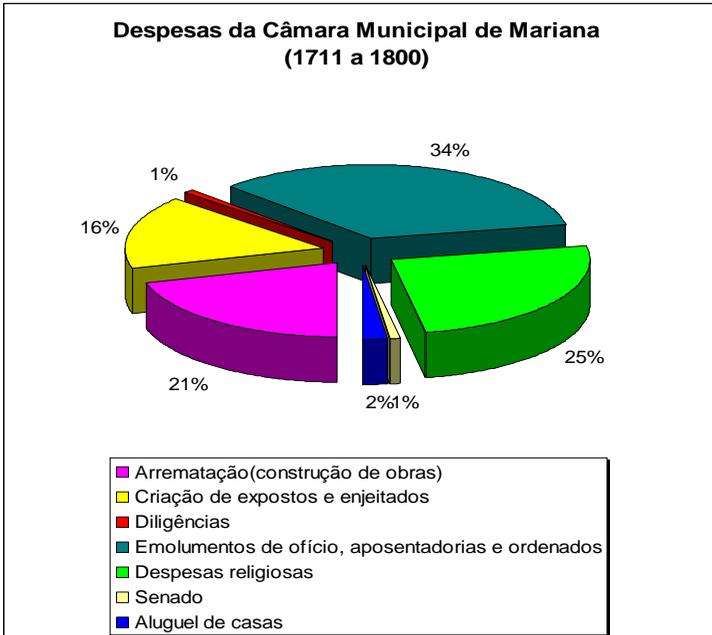
⁴² AHCMM. Lista de Habitantes, código 651.

Para sabermos se a ilegitimidade foi a principal causa do abandono em Mariana durante os séculos XVIII e XIX, teríamos de desenvolver um estudo mais abrangente sobre a sociedade mineira e analisar os perfis das famílias pobres e abastadas, levando em consideração a sua qualidade/cor. Todavia, podemos afirmar que o assistencialismo direcionado aos expostos auxiliava não apenas pais que não possuíam condições financeiras para criarem seus filhos, mas também famílias que, para manterem a honra, preferiam expor crianças fruto de relação ilícita.

270

As despesas da Câmara Municipal de Mariana voltadas ao pagamento da criação dos expostos foi registrada em seus Livros de Receita e Despesa, que atualmente se encontram no AHCMM. Nesses documentos encontramos os diversos tipos de despesas que a Câmara efetuava. Dentre eles estavam a construção de obras, os gastos religiosos, e os emolumentos de ofícios, aposentarias e ordenados – as três maiores fontes de despesas da Câmara no século XVIII.

GRÁFICO 1



Fonte: Brandão, M. C. *Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia de Bacharelado em História. UFOP: 2005. p.44.

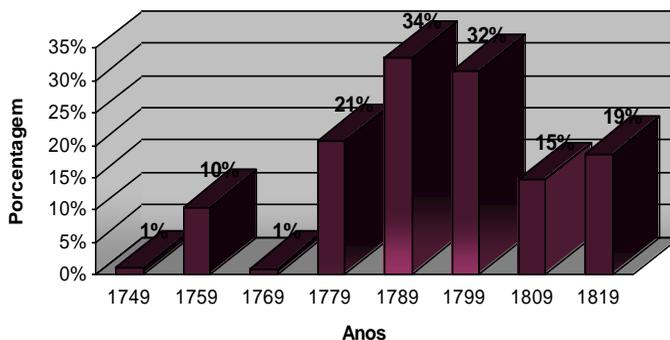
De acordo com o Gráfico 1, percebemos que a quarta maior despesa da Câmara Municipal de Mariana foi o pagamento pela criação dos expostos, atingindo a média de 16% entre os anos de 1711 e 1800. Porém, como podemos analisar no Gráfico 2, essa despesa chegou a ultrapassar 30% nas décadas de 1780 e 1790, época em que houve um grande aumento do número de expostos matriculados na Câmara.

Nos Gráficos 2 e 4 utilizamos os Registros de Receita e Despesa do AHCM. Como foi dito anteriormente, os Gráficos não contemplam o ano de 1748, pois seus registros não apresentam nenhum gasto referente ao pagamento de expostos. Também não abrangem 1820, pois os registros deste ano não apresentam as especificações dos gastos. Porém, no Gráfico 3, retirado da dissertação de mestrado de Cíntia Ferreira Araújo, temos a análise para os anos de 1800 a 1850.

GRÁFICO 2

272

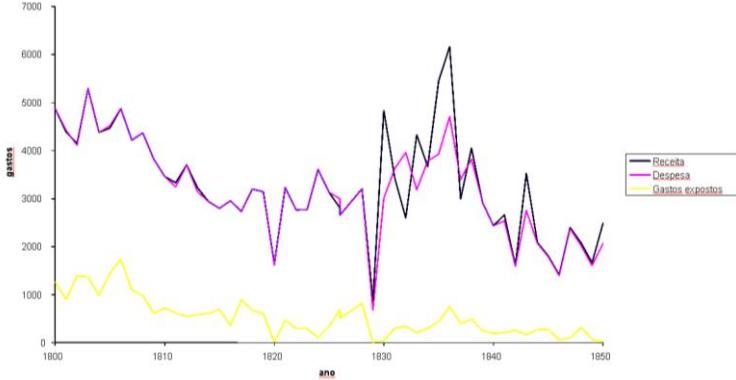
Gastos da Câmara Municipal de Mariana referentes ao pagamento da criação de expostos (1749 - 1819); por ano.



Fonte: AHCM. Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

GRÁFICO 3

Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1800-1850.

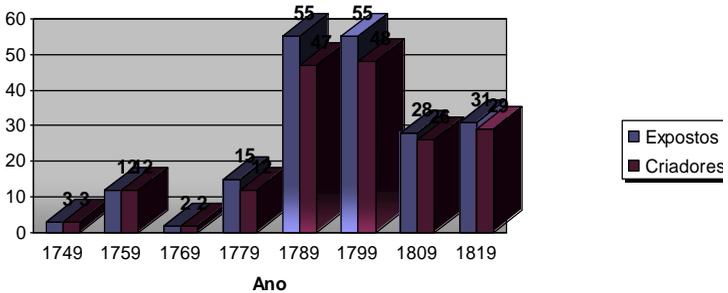


Fonte: ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Franca: UNESP, 2005. Dissertação (Mestrado em História). p. 77.

273

GRÁFICO 4

Número de expostos e criadores registrados na Câmara Municipal de Mariana (1749-1819)

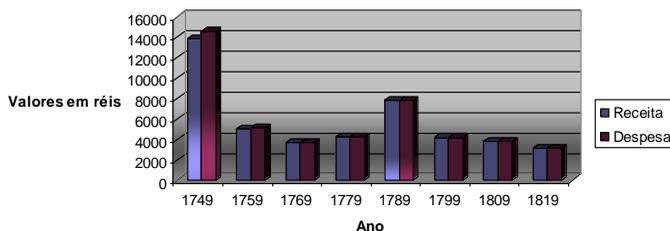


Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

Através do Gráfico 2, percebemos que, após um aumento de 9% do total de gastos com o pagamento pela criação dos expostos no ano de 1759, esse valor foi reduzido, chegando novamente a 1% em 1769. Além da diminuição do número de crianças e dos seus respectivos criadores assistidos no dito ano, como indica o Gráfico 4, podemos associar a esse decréscimo a redução do valor recebido por mês pelos criadores. Como se disse, Laura de Mello e Souza⁴³ demonstra que os criadores que matricularam as crianças na Câmara após 1760 receberiam 2 oitavas por mês, em vez das 3 oitavas que estavam sendo pagas anteriormente. Essa redução pode ser justificada, ainda segundo a autora, pelo período de reestruturação econômica por que a Cidade de Mariana passou durante a crise mineratória.

GRÁFICO 5

Receitas e Despesas da Câmara de Mariana (1749 - 1819); por ano



Fonte: AHCM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

⁴³ SOUZA, Laura de Mello e. *Op.cit.*, p. 47 – 62.

Essa crise pode ser percebida através dos gráficos 3 e 5, que nos mostram uma redução das receitas da Câmara entre 1750 e 1830. Os dados sugerem que a decadência da extração aurífera, apesar de não ter inviabilizado a vida em Mariana, causou empobrecimento da sua sociedade. A crise pode também justificar o aumento do número de expostos matriculados na Câmara a partir da década de 1770. Os dois gráficos acima nos mostram que houve um aumento do gasto com crianças a partir desta década, aumento este que prosseguiu até o final do século XVIII. Logo, devido à crise, a sociedade tornou-se menos capacitada para absorver informalmente as crianças abandonadas, recaindo essa responsabilidade sobre a Câmara. Também podemos relacionar com o aumento da exposição de crianças o aumento populacional. Segundo Carla Almeida⁴⁴, a partir da década de 1760, Mariana assistiu à expansão de seu território em decorrência do declínio da atividade mineratória, aumentando conseqüentemente sua população.

Outra hipótese que podemos relacionar com o aumento nos gastos da Câmara com os expostos é o fato de que para a população abandonar seus filhos tornou-se cada vez mais um ato aceito pela sociedade, apresentando-se como uma prática comum entre seus habitantes. Assim como abandonar os filhos, a prática do acolhimento também se tornou comum. Ao analisarmos o Gráfico 4, percebemos que a partir de 1779

⁴⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.*, p. 52-53.

o número de expostos em relação aos criadores aumentou, ou seja, alguns criadores optavam por criar mais de uma criança abandonada.

Porém, a partir do século XIX o que observamos é um decréscimo dos gastos camarários. Não sabemos afirmar qual foi a causa dessa diminuição, porém, ao analisarmos o Gráfico 3, percebemos que no início do século XIX ocorreu também um decréscimo nas receitas da Câmara de Mariana. É importante citar que grande parte das petições encontradas no AHCM de pessoas que reclamavam à Câmara pagamentos atrasados pela criação de expostos data desse século. Logo, podemos supor que a diminuição apresentada nos gráficos não representa necessariamente uma diminuição do número de crianças abandonadas, mas sim uma dificuldade por parte dos criadores de receber seus pagamentos da Câmara. Todavia, acreditamos que esse não é o único fator a justificar a diminuição, já que esta também ocorreu em outras localidades onde se praticou a assistência aos expostos.⁴⁵

No entanto, podemos considerar que a assistência prestada aos expostos pela Câmara Municipal de Mariana foi efetiva. Apesar de algumas restrições - como a recusa pelo pagamento de crianças mulatas e negras, a possibilidade de os criadores não receberem seus pagamentos em dia, e até mesmo a redução do pagamento a partir de 1760 --, a

⁴⁵ ARAÚJO, Cíntia Ferreira, 2005. *Op.cit.*, p. 79.

Câmara foi obrigada a destinar parte de seus recursos à criação de expostos. No final do século XVIII, dentre todas as outras despesas, mais de 30% era destinada a esta assistência.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

- Registros de Receita e Despesa (1748-1822) – códices 73; 75; 121; 124; 141; 151; 176; 201; 202; 277; 333; 373; 382; 384; 649; 660; 701.

- Listas de Habitantes (1819-1822) – códice 651.

277

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

- Registro de Batismo - Prateleira “O” número 7; Prateleira “O” número 10.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandato d’el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similiar da 14^a ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v.38 – 4 Tomos – (Edições do Senado Federal).

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide.* – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulo Português e Latino*, autorizado os exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El Rey de Portugal D. João V ..., (1712), Rio de Janeiro, UERJ, 2000, (CD-room).

MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. (edição fac-similar de 1922).

279

Livros, artigos e teses

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações das unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 – 1850**. Niterói: UFF, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Franca: UNESP, 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.

_____. **O destino dos expostos: Trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800-1830.** Mariana: UFOP, 2002. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2002.

ARIÈS, Philippe. **Historia social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Recuperando sociabilidades no passado.** In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço.* Goiânia: Anpuh – MG, 2001. p.27 – 43.

BRANDÃO, M. C. **Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil.** Mariana: UFOP, 2005. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História.** 3.ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). **Casas de**

vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan-jun, p.11-45.

281

FRANCO, Renato Júnio. **Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII.** Dissertação de Mestrado, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **Minas Gerais nos primeiros anos das Regências: elites declinantes e acomodação política.** In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio (Orgs.). *Território, conflito e identidade.* Belo Horizonte: Argvmentvm, Brasília: CAPES, 2007.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade medico-higienista.** In:

Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MORENO, Alessandra Zorzzeto. **Vivendo em lares alheios: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822).** Campinas: UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

282

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** São Paulo: USP, 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. **Testamentos, universo cultural e a salvação das almas nas Minas Gerais dos setecentos.** *Revista do IFAC.* Ouro Preto, (2):84-91, dez. de 1995.

ROSENTAL, Paul-André. **Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microhistória’.** In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SA, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **História da família no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, L. M. . **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **Desclassificados do ouro – A pobreza mineira do século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1990.

283

Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Editora UFOP, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX.** Campinas, SP: Papyrus, 1999.

_____. **Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII.** São Paulo: [s.n],1998.

_____. **Maternidade negada.** In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.